

REDES SOCIAIS: TECNOLOGIAS ASSISTIVAS PARA A INCLUSÃO E A CIDADANIA

Joana Belarmino de Sousa¹
Universidade Federal da Paraíba
Jonara Medeiros Siqueira²
Universidade Estadual da Paraíba

Resumo

O presente artigo tem por finalidade atualizar as pesquisas que vimos desenvolvendo nos últimos três anos, com foco nos temas de acessibilidade, cidadania, comunicação e jornalismo, tendo as redes sociais como a esfera pública privilegiada para o desenvolvimento das pesquisas. Realiza um apanhado dos estudos desenvolvidos anteriormente sobre o tema, reconhece os avanços ainda que incipientes no sentido de tornar as redes sociais espaços mais amigáveis para as pessoas com deficiência e avalia até que ponto as redes online são elos fortes ou fracos na organização e prática da luta desses coletivos por direitos de cidadania. Dialoga com abordagens de Boaventura de Sousa Santos (2013), Ferreira e Viser (2007), Sousa (2013, 2015, 2016). Tendo como reflexão de fundo as concepções de cidadania e acessibilidade, reconhece nas redes sociais importantes esferas de apresentação dos indivíduos e grupos de pessoas com deficiência que, tal como ocorre com os demais grupos e indivíduos da sociedade informacional, têm buscado cada vez mais esses ambientes virtuais, via smartphones e computadores, para interagir, conviver, mas sobretudo para se tornarem visíveis numa sociedade ainda excludente. Conclui acentuando a importância de se realizarem pesquisas para um amplo conhecimento dessa realidade e das suas perspectivas futuras.

Palavras-chave: redes sociais; pessoas com deficiência; ciberativismo; cidadania; tecnologias assistivas

¹ Professora Associada dos cursos de Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba. Pesquisadora líder do grupo de pesquisas em jornalismo, mídia, acessibilidade e cidadania - GJAC. Doutora em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. joanabelarmino00@gmail.com

² Professora na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), no departamento de comunicação (Decom), no curso de jornalismo. Possui Mestrado profissional em Jornalismo (2015) pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (PPJ) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). jonaramedeiros@gmail.com

SOCIAL NETWORKS: THE USE OF ASSISTIVE TECHNOLOGY TO PROMOTE INCLUSION AND CITIZENSHIP

Abstract

The aim of this article is to update the study we have been developing over the past three years, focusing on accessibility, citizenship, communication and journalism, using social networks as the public sphere for research development. We make use of some previous studies developed on this matter, recognizing the advances, even though still incipient, in making social networks more user-friendly spaces for people with disabilities and analyzing the extent to which online networks are strong or weak links in the organization and struggle practices of these collectives for citizenship rights. We dialogue with approaches from Boaventura de Sousa Santos (2013), Ferreira and Viser (2007), Sousa (2013, 2015, 2016). Having citizenship and accessibility as its background, this study recognizes social networks as relevant environment on which individuals or groups of people with disabilities can be introduced, as they are increasingly using network via smartphones and personal computers to interact and socialize, aiming to become visible in a still excluding society. Finally, it emphasizes the relevance of doing a thorough research on this matter enhancing knowledge on present and future perspectives.

Keywords: social networks; disabled people; cyberactivism; citizenship; assistive technology

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por finalidade atualizar as pesquisas que vimos desenvolvendo nos últimos três anos, com foco nos temas da acessibilidade, da cidadania, comunicação e jornalismo, tendo as redes sociais como a esfera pública privilegiada para o desenvolvimento das investigações.

Os estudos iniciais visavam compreender de que maneira as pessoas com deficiência ocupavam as redes sociais, os temas que esse coletivo agendava nas mesmas, as formas e narrativas de como se faziam visíveis nesses espaços, a caracterização das suas lutas por cidadania através do ciberativismo. Em decorrência da nossa atuação privilegiada na área do jornalismo, outras inquietações surgiram. Em pesquisa mais recente, buscamos compreender em que medida as redes sociais propiciavam a formação de um chamado “leitor especial” / consumidor de notícias, onde se investigou sobretudo os hábitos de consumo das pessoas com deficiência visual, que somente através da era tecnológica, da expansão dos dispositivos móveis e do incremento no uso de leitores de tela, pôde ter acesso às produções jornalísticas e noticiosas com rapidez e igualdade de condições com as outras pessoas.

A escrita desse artigo tem, pois, a tarefa de rever tais estudos, guiada por uma indagação central: As redes sociais constituem-se em elos fortes ou fracos na constituição desse novo “sujeito coletivo”, pessoas com deficiência, e a constituição de uma esfera pública para a organização de suas lutas em defesa de direitos de cidadania?

Ao longo desses três anos, podemos afirmar que as redes sociais constituem-se de fato em esfera privilegiada onde as pessoas com deficiência agrupam-se, produzem, distribuem e consomem conteúdos de toda ordem, desde os conteúdos de entretenimento, àqueles de divulgação científica, educativos, de comunicação jornalística, entre outros. Igualmente, as redes sociais são o lugar privilegiado para a organização das lutas desses coletivos,

em espaços específicos como blogs, canais no *YouTube*³, perfis no *Facebook*⁴ e no *Twitter*⁵.

Há que se perguntar, entretanto, como são vistas as pessoas com deficiência pelos desenvolvedores, informáticos, e todos os outros agentes envolvidos nos dispositivos e aplicativos das redes sociais. Houve reconhecimento desses coletivos nessa nova esfera de interação social?

Ainda a título exploratório, nossa resposta só pode ser positiva. O desenvolvimento de estratégias de acessibilidade, ainda que incipientes, já se prefiguram como um reconhecimento dessas coletividades nas redes, e uma tentativa para tornar o ambiente virtual amigável a essas pessoas.

A visibilidade parece se dar porém, na dimensão técnica dos processos, com pequenos ajustes e criação de aplicativos amigáveis. O ciberespaço, entretanto, ainda é um lugar onde as barreiras de acessibilidade e de quebra do pleno direito à informação e à comunicação são constantes. Um sintoma das desvantagens das quais são alvo as pessoas com deficiência nas redes sociais, pode ser o “entrincheiramento” desses grupos em comunidades específicas, conforme será melhor detalhado no desenvolvimento desse trabalho.

O artigo desenvolve-se a partir de uma perspectiva metodológica que revisa estudos anteriores, apresentando, ao modo de síntese, os principais achados dessas pesquisas, para discorrer, num segundo momento, acerca das questões aqui anunciadas. Como fenômenos práticos, o trabalho explora a proliferação das imagens nas redes sociais, os mecanismos para inclusão das

³ Youtube é uma plataforma colaborativa de vídeo criada em 2005. Disponível em: < <https://www.youtube.com/>> Acesso em: 22 abril. 2017.

⁴ Facebook é uma rede social lançada em 4 de fevereiro de 2004, operado e de propriedade privada, criada em 4 de outubro de 2012. Atingindo a marca de 1 bilhão de usuários ativos, sendo por isso a maior rede social em todo o mundo. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/tec/2012/10/1163808-facebook-mostra-o-raio-x-de-1-bilhao-de-usuarios.shtml>> Acesso em: 23 abril. 2017.

⁵ O Twitter é um microblog disponível para dispositivos móveis e computadores que funciona como um site de rede social. O Twitter utiliza o limite de 140 caracteres para que os usuários realizem suas publicações em tempo real na web. Disponível em: < <https://twitter.com/>> Acesso em: 24 abril. 2017.

pessoas com deficiência visual no consumo das mesmas, assim como apresenta, de maneira inicial, outras barreiras que impedem ou dificultam o estar desses coletivos no ciberespaço.

O trabalho reflete ainda, sobre as formas de agrupamento desses coletivos nas redes, avaliando a força e a fragilidade das lutas por direitos sociais desses coletivos na esfera do ciberespaço.

Dialogamos com estudos que vêm abordando o tema da cidadania no âmbito do ciberespaço, com destaque para as reflexões de Boaventura de Sousa Santos (2013), Ferreira e Viser (2007), Sousa (2013, 2015, 2016), entre outras abordagens sobre a cidadania, as pessoas com deficiência, as redes sociais e o ciberativismo.

Esse esforço reflexivo aqui esboçado dá-se num momento de finalização da fase inicial das pesquisas, quando avaliamos que muitas das questões apresentadas no primeiro projeto, ainda não foram plenamente exploradas e respondidas. Nosso artigo não tem a pretensão de respondê-las todas, senão, alinhá-las, sobretudo as mais relevantes, assim como apresentar algumas pistas de como e para onde a análise pretende caminhar, esperando encontrar, no debate e nas leituras críticas, importantes contributos para esse percurso.

AS REDES SOCIAIS COMO FENÔMENO INVESTIGATIVO: INVENTARIANDO PESQUISAS

O desenvolvimento e a expansão do uso dos computadores pessoais, a expansão das conexões de internet, e, o mais recente desenvolvimento e difusão dos dispositivos móveis e as inúmeras possibilidades dos seus usos, constituem-se na dimensão física através da qual se desenvolveu e tem curso na atualidade, o chamado fenômeno das redes sociais.

Aqui se compreende as redes sociais, na perspectiva adotada por Junqueira, citando Martinho (2003), como “mecanismos de relacionamento social - redes enquanto sistemas, estruturas ou desenhos organizacionais que

possuem grande quantidade de elementos dispersos espacialmente e que mantêm relações entre si e redes sociais enquanto estudo dos laços ou ligações entre atores sociais, termo genérico para designar indivíduos, estruturas ou coletividades” (JUNQUEIRA, 2016, 8).

No tocante às pessoas com deficiência, pode-se afirmar que as redes sociais têm se constituído em uma nova esfera de atuação desses coletivos, que fazem pleno uso de sistemas como *Facebook*, *Twitter*, *Whatsapp*, redes diversas de outros aplicativos com tecnologias assistivas⁶. Em linhas gerais, poderíamos indagar: O agrupamento dos coletivos de pessoas com deficiência nas redes sociais, por si só, garante-lhes poderes de cidadania? Tais agrupamentos, por si só, fortalecem o poder de mobilização desses coletivos, assegurando-lhes, no cenário dos movimentos sociais, visibilidade das suas demandas e o pleno direito de acesso à informação?

Ao modo de síntese histórico-compreensiva, diríamos que no Brasil, o movimento de pessoas com deficiência, de caráter reivindicatório, com capacidade de incidir sobre as políticas do estado e compor uma narrativa de transformação das visões de mundo com respeito a esses indivíduos somente ganha força e visibilidade a partir dos anos oitenta do século XX, na esteira da emergência de outros movimentos sociais, empenhados nas lutas gerais e específicas pela transformação da sociedade e pelos direitos de cidadania dos diversos grupos envolvidos. A esfera principal de atuação desses coletivos de pessoas com deficiência é a sua presença organizada em eventos, congressos, seminários, manifestações de rua, debates dentro e fora das suas organizações não governamentais.

No século XXI, essa esfera de atuação se modificará, a partir da expansão do uso da internet, e, da configuração do chamado ciberespaço, conformado pela organização das experiências da

⁶ Tecnologia Assistiva - TA é um termo ainda novo, utilizado para identificar todo o arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e consequentemente promover vida independente e inclusão. (BERSCH & TONOLLI, 2006). Disponível em: http://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf. Acesso em: 17/04/2017, às 15h.

vida cotidiana online, sobretudo através das redes sociais, constituindo o que poderíamos chamar, a partir das ideias de Santos, do advento dos “novos sujeitos sociais” (SANTOS, 2013, 470).

Uma breve exploração das nossas pesquisas sobre pessoas com deficiência e o uso das redes sociais dá conta de uma primeira pesquisa, iniciada em 2011, que buscava articular os campos da comunicação, no seu contexto midiático-tecnológico-simbólico; a sociologia, nas suas discussões sobre cidadania, ativismo social e ciberativismo; a antropologia, fundamentalmente no debate acerca da cultura, dos hábitos e costumes, nas práticas, modos de ser e agir dos indivíduos e grupos sociais.⁷

O campo empírico da análise era a rede social *Twitter*, onde se buscava mapear o uso da rede por pessoas cegas e com deficiência visual, caracterizando nas suas narrativas, os processos de tematização das suas demandas e interesses, possíveis práticas de ciberativismo e a sua visibilidade perante outros coletivos conectados. A pesquisa inicial rendeu participação em eventos, com apresentação da problemática em anais e coletâneas. Importante pesquisa empírica avançou para compreender os hábitos de consumo de notícias por pessoas cegas, articulando assim, o uso das redes sociais, como *Twitter e Facebook*, ao vasto campo da comunicação e do jornalismo e às suas produções de conteúdos.

Se a pesquisa dedicava-se inicialmente às pessoas com deficiência visual, ampliou-se a partir de 2013, com a incorporação de investigação sobre as comunidades surdas e o uso das ferramentas de internet para o seu empoderamento, com análise sobre o projeto “Fotolibras⁸”, culminando, posteriormente, com investigação sobre produção de conteúdos em webTV pela e para a comunidade surda.

⁷ Aqui, destacamos unicamente as pesquisas por nós realizadas, através do Grupo de Pesquisas em Jornalismo, Mídia, Acessibilidade e Cidadania, do Programa de Pós-graduação em Jornalismo da UFPB, sem pretendermos dar conta de todo o espectro de outras pesquisas dedicadas ao tema em nosso país.

⁸ Um projeto de fotografia participativa com surdos na busca pelo fortalecimento da expressão e comunicação na sociedade. Disponível em: <http://fotolibras.com/>. Acesso em: 17 de abril, às 19h.

É certo que tais investigações deram respostas a questões de ordem mais prática. Do ponto de vista da sociologia e da antropologia, há que se prosseguir no esforço de compreender as questões que aqui expusemos: O uso das redes sociais, por si só, asseguram uma rede mobilizadora e transformadora das práticas desses coletivos de pessoas com deficiência? As formas de agrupamento são de natureza inclusionista, ou de fato reproduzem, no ciberespaço, instâncias de isolamento, individualismo, produzindo ações difusas, espontâneas e pouco transformadoras da realidade dos indivíduos com deficiência?

REDES SOCIAIS: NOVA ESFERA PÚBLICA PARA O AGRUPAMENTO DOS COLETIVOS COM DEFICIÊNCIA

Mídias e redes sociais, como o *YouTube*, aplicativos de rádio e tv pela web, redes sociais como *Twitter*, *Facebook*, grupos no *Whatsapp*⁹, têm se tornado lugares privilegiados para a interação das pessoas com deficiência. Sobretudo as pessoas cegas, as pessoas surdas, pessoas com mobilidade reduzidas nas mãos, valem-se das “applications Programings interfaces, API”, que tornam os ambientes da internet mais amigáveis aos usuários, removendo possíveis barreiras de usabilidade, navegabilidade e interação.

Comm (2009) explica que “...Um API é simplesmente uma linguagem - ou sintaxe - que uma parte do software usa para se comunicar com outra parte. Ele define os tipos de ações que você pode pedir para uma parte do software executar e também o tipo de ação que pode ser retornado para o programa de software pedido. De fato, trata-se de um tipo de conversação de duas mãos via software entre o programa que chamou e o programa chamado”.

⁹ O WhatsApp é um aplicativo de mensagens instantâneas criado para smartphones em 2009 e que permite realizar chamadas para contatos, formar uma pequena rede social de até 100 pessoas (grupos), enviar mensagens de textos, áudios, fotos, vídeos e na sua última atualização permite o compartilhamento de documentos em formato pdf. Fonte: Techtudo (site brasileiro de tecnologia). Disponível em: <http://www.techtudo.com.br/tudo-sobre/whatsapp-messenger.html>. Acesso em: 24 de abril de 2017, às 22h.

O sucesso do desempenho das pessoas com deficiência na internet deve-se a essa verdadeira ecologia de APIs, cujo número e funcionalidades ampliam-se significativamente na era da internet móvel. Muitas dessas APIs são desenvolvidas pelos próprios indivíduos com deficiência, que conseguem driblar barreiras de acessibilidade, navegabilidade e usabilidade, transitando com autonomia pelo ciberespaço.¹⁰

E com que demandas e interesses os coletivos com deficiências fazem uso das redes sociais? Não se pode afirmar que a militância e o ativismo social estejam na linha de frente dos interesses desses coletivos pelo uso das redes sociais. Pesquisas anteriores demonstraram que muitos se conectam para a conversação ligeira, a busca por informações, motivados pelo convívio social, o “estar junto” ainda que virtualmente, ou mesmo para a divulgação de produtos de interesse comercial.¹¹

Mas, o ciberativismo também é uma estratégia de mobilização desse coletivo, conforme revelaram nossas pesquisas anteriores. As demandas são as mais variadas. *Twitaços* demonstrando insatisfação por alguma abordagem inadequada na grande mídia, repercussão no *Twitter*, *Facebook* e blogs especializados, sobre falta de acessibilidade para compras de passagens aéreas, são exemplos corriqueiros de ações ciberativas desses coletivos.

Ainda que em menor proporção, poderíamos tomar de empréstimo a afirmação de Viser (2007, 38), para ilustrar também em nossos microcosmos, o que ocorre com a sociedade informacional conectada. Ele diz: “...A espontaneidade constrói o acontecimento, emerge e se expressa em ações e manifestações de todo tipo. Mas não constrói - nem procura construir - organização, permanência, compromissos fortes e estáveis. O marginado social, o explorado ou o excluído, formando um setor social crescente e já estrutural no terceiro mundo, pode ‘engrossar as filas’ de uma multidão em

¹⁰ Para uma visão aprofundada do modo como pessoas com deficiência visual usam internet e dispositivos móveis ver: “Tactibilidade e Mobilidade: O Desafio da Acessibilidade nos Agregadores de Notícias, (In, *Transmutações no Jornalismo*, Fernando Firmino da Silva, (org), Editora da UEPB, Campina Grande, 2016.

¹¹ Pesquisa com esses resultados foi por nós apresentada no evento *Mídia Cidadã 2014*, realizado na cidade de Curitiba.

uma manifestação, mas não representa mais que um ‘convidado’ casual e momentâneo que não modifica em nada suas condições objetivas de existência”.

Estudos que queiram apropriar-se dessa realidade de uso das redes sociais pelos coletivos de pessoas com deficiência necessitam repensar estratégias metodológicas que consideravam uma realidade macrosocial desses grupos, constituídos em organizações não governamentais, e, aferrados a agendas clássicas de direitos sociais: emprego, acesso à educação, saúde, moradia, etc. Os coletivos de pessoas com deficiência, conformados na era tecnológica, tendo como esfera privilegiada de interação o ciberespaço, ampliaram sobremaneira o rol das suas demandas, colocando no centro desses interesses, o direito à comunicação acessível, assim como acessibilidade aos bens e serviços públicos e privados, além do pleno acesso a todos os bens e legados da sociedade informacional.

Essa nova realidade exige uma compreensão desses coletivos, com base no que prescreve Viser, “...sustento que se coloca a necessidade de uma dupla abordagem. Por um lado, a exigência estratégica de estudar os MS atuais como formas de ação coletiva que se constroem em função das condições econômicas, políticas e sociais críticas deste novo milênio (VISER, 2007, 40).

Uma segunda perspectiva para essa análise deve considerar, de acordo com Viser, (41), “compreender a emergência de novas e diferentes formas de organização, surgidas das atuais condições de existência social e da vida cotidiana”.

A prerrogativa é verdadeira quando observamos os movimentos sociais de pessoas com deficiência, que gradativamente estão transformando seus modos clássicos de organização, agrupando-se de forma espontânea, formando grupos de interesse, muitos dos quais perecíveis e pouco duráveis, funcionando ao sabor de campanhas políticas, campanhas reivindicatórias, ou

ações em favor de protestos ou até mesmo de festejos e processos vários de convivialidade.

Na esteira dessas mudanças, transformam-se também, a interação desses grupos entre si, e externamente, com os outros atores da sociedade mais ampla. Nas sociedades tradicionais, o estigma, o preconceito e a discriminação presidiam as relações de interação entre os coletivos com deficiência e a sociedade em geral. O uso das redes sociais tem tido força suficiente para a reconstrução de uma auto-imagem positiva desses coletivos e indivíduos? Qual a natureza das marcas discursivas produzidas por esses coletivos? Em que medida esses conteúdos dispostos nas redes sociais fortalecem ou enfraquecem alianças internas desses coletivos, assim como alianças com outros movimentos sociais?

ENTRE CLIQUES E SUPOSIÇÕES: AS REDES SOCIAIS COMO UM TERRITÓRIO DIFUSO

Não há dúvidas de que o movimento social das pessoas com deficiência saiu do ativismo clássico, organizado, com uma pauta comum de reivindicações unificadas, para mergulhar no território difuso das redes sociais, ali onde já não se tem necessariamente um palco presencial, mas um “palco simbólico” (VISER, 2007), servido por uma conexão de banda larga, um dispositivo, que pode ser um computador, um tablet ou um smartphone e um conjunto de aplicativos. Ainda que não tenhamos estudado a fundo esse processo interativo, nossas suposições, fermentadas na observação espontânea desses coletivos em ação, nos levam a afirmar que o ciberativismo é somente um dos múltiplos interesses que levam esses indivíduos a se agruparem em torno de uma causa comum.

Se observarmos os perfis de redes sociais de pessoas com deficiência, tendencialmente veremos que a deficiência em si ainda é uma marca importante que influencia a escolha dos perfis a serem seguidos. Como se no plano virtual, os coletivos com deficiência quisessem também agrupar-se tal

como ocorria nos modos clássicos de agrupamento, ou seja, as organizações não governamentais.

Outra marca importante desses perfis é a “apresentação de si”, que tendencialmente, apresenta a deficiência como uma marca importante do indivíduo ou do coletivo. Inúmeras páginas do *Facebook* agrupam coletivos de pessoas com deficiência, chamando a atenção para a marca da deficiência: “Cegos na Cozinha”, “micos de cegos”, “Somos cegas, mas somos lindas”, “mulheres cegas”, são exemplos de perfis em que a deficiência aparece como marca preponderante. Já a tematização dos interesses é a mais variada possível. É como se os indivíduos e coletivos com deficiência desejassem monetizar sua condição nesse chamado “palco simbólico”, torna-la visível, não mais como desvantagem, mas como força ou potência da sua realidade de vida. “Mulheres cegas, “cegos na cozinha”, são traços simbólicos importantes que demonstram a potência da condição de ser deficiente e estar nesse universo do ciberespaço.

A generalidade das demandas e interesses pode ter uma explicação de fundo, conforme o que nos diz Boaventura de Sousa Santos, (SANTOS, 2013, 496), ao avaliar o espectro das lutas por cidadania que se apresentam na realidade atual dos movimentos sociais: “...Mesmo que as novas opressões não devam fazer perder de vista as velhas opressões, a luta contra elas não deve ser feita em nome de um futuro melhor numa sociedade a construir. Pelo contrário, a emancipação porque se luta visa transformar o cotidiano das vítimas da opressão aqui e agora e não num futuro longínquo”.

As grandes pautas clássicas, pensadas para um futuro a ser construído, são pouco a pouco substituídas por lutas cotidianas, aqui e agora, que podem começar num ponto da rede, por um indivíduo, com um problema real, uma compra de passagem num site inacessível, e ganhar visibilidade em todos os outros nós da rede, outras pessoas com deficiência visual, que tenham a mesma demanda.

Parece ser verdadeiro também no que toca aos movimentos de pessoas com deficiência, que as lutas por cidadania passam a ser investimentos e

protagonismos de indivíduos, os quais podem ser absorvidos e encampados por grupos conectados. Concordando com Santos (2013, 502), “... A emancipação porque lutam não é política, mas antes, pessoal, social e cultural”.

Outra luta fundamental tem mobilizado as pessoas com deficiência visual. Trata-se do desafio de que eles venham a ser incluídos como consumidores dos conteúdos imagéticos que povoam a rede e são narrativa preponderante nas redes sociais. *Memes*¹², *Selfis*¹³, imagens de todo tipo, são fenômenos dessa sociedade conectada completamente inacessíveis a uma pessoa com deficiência visual. Fala-se, portanto, de uma verdadeira revolução no campo da imagem, no sentido em que, mudando de maneira radical nossa relação com o visível, modificam-se a forma e o conteúdo dos objetos que produzimos ou recebemos. Consequentemente, as novas imagens modificam tanto o objeto representado quanto os modos de produzi-lo. Não há dúvida de que a informática alterou os conceitos tradicionais de representação visual. Por essa razão, é imprescindível refletir sobre o novo status dos objetos compostos de elementos estritamente icônicos (VILCHES, 2003, p.252, livre tradução do espanhol).

A avalanche cotidiana dessas publicações comprova que na era da informação, as pessoas com deficiência ainda são invisíveis pela maioria dos cibercibers. O que dizer dos desenvolvedores, das grandes distribuidoras de conteúdos, das indústrias de fabricação dos dispositivos móveis?

ENTRE HASHTAGS E APLICATIVOS: POUCO A POUCO A CIBERESFERA PENSA NAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Hipertextualidade, indexação, hashtaguização. No mundo do ciberespaço, as pessoas com deficiência já podem ser encontradas, rastreadas, classificadas por seus gostos, interesses, modos de se dizer, se quisermos, de se autorepresentar. Vez em quando, suas lutas conseguem

¹² Termo de raiz grega que significa imitação. (DAWKINS, 2005).

¹³ O termo 'selfie' foi oficializado em 2013, pelo Dicionário Oxford, ao ser considerada a palavra do ano.

romper a bolha de invisibilidade na grande mídia e suas denúncias ganham pauta na grande imprensa.

Um problema de acesso a uma página na internet, dependendo da reverberação nos coletivos conectados, pode engendrar uma pauta importante, a tocar num problema real, aqui e agora, a mobilizar desenvolvedores de páginas, a deflagrar processos criativos para a solução do problema. Sintomas de que as pessoas com deficiência estão sendo vistas, são pequenas conquistas no desenvolvimento de páginas, aplicativos e dispositivos físicos. A iniciativa de acessibilidade pode sair de uma conexão individual, ou pode ser implementada por desenvolvedores de redes sociais como o *Facebook* e o *Twitter*. Um exemplo dessa iniciativa é a hashtag #PraCegoVer, incorporada numa página do Facebook, que tem invadido diversos perfis, com uma rápida descrição em texto, das imagens publicadas.¹⁴

As legislações em favor da acessibilidade na web, a exemplo do consórcio mundial W3C¹⁵, que elaborou as Diretrizes Internacionais de Acessibilidade na Web, assim como a Associação Brasileira de Normas Técnicas e o seu conjunto de normas para a acessibilidade, associados às lutas individuais ou coletivas das pessoas com deficiência, têm mudado pouco a pouco a paisagem da interação no ciberespaço. O *Facebook* já incorporou na rede, um app que permite que as pessoas cegas identifiquem em rápidas pistas textuais, as imagens de uma fotografia, por exemplo. O projeto está sendo aperfeiçoado, e, o mais importante, é um engenheiro com deficiência visual que trabalha no desenvolvimento do projeto.¹⁶

¹⁴ Disponível em <https://www.facebook.com/PraCegoVer/posts/1282608151769692:0>. Consulta em 16 de abril de 2017.

¹⁵ Termo utilizado pelo W3C (World Wide Web Consortium) para designar softwares que acessam o conteúdo da Web, incluindo navegadores gráficos para desktop, navegadores em texto, navegadores em voz, celulares, tocadores multimídia, plug-ins e algumas tecnologias assistivas (software) utilizadas juntamente com navegadores como os leitores de telas, ampliadores de telas e software de reconhecimento de voz.

¹⁶ Disponível em <http://www.techtudo.com.br/noticias/noticia/2015/10/facebook-desenvolve-ferramenta-para-ajudar-cegos-ver-imagens.html>. Consulta em 16 de abril de 2017.

Sistemas iOS¹⁷ e Android¹⁸ incorporaram acessibilidade nativa aos seus dispositivos e há uma verdadeira ecologia de aplicativos para tornar o uso das suas interfaces amigáveis à pessoas com deficiência visual, auditiva e com mobilidade reduzida.¹⁹

Em pouco mais de dois anos de atuação, a rede social Twitter já reconhecia as pessoas com deficiência como usuárias e estabelecia normas de acessibilidade para tornar mais acessível a página do microblog.²⁰

Num território difuso, com demandas e interesses os mais variados, barreiras de acessibilidade agora podem ser denunciadas em tempo real, assim como a presença de cada um, com sua história de vida, sua diferença, aparece e pode tornar-se ora um “convidado ocasional” da ciberesfera, ora pode ser invisibilizado entre os fluxos e refluxos desses processos de interação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossos quatro anos de estudos em torno das redes sociais e o seu uso por pessoas com deficiência têm nos revelado o quanto esse território de análise ainda carece de contributos novos, assim como de metodologias

¹⁷ iOS (antes chamado de iPhone OS) é um sistema operacional móvel da Apple Inc. desenvolvido originalmente para o iPhone, também é usado em iPod touch, iPad e Apple TV. A interface do usuário do iOS é baseada no conceito de manipulação direta, utilizando gestos em multi-toque. A interação com o sistema operacional inclui gestos como apenas tocar na tela, deslizar o dedo, e o movimento de "pinça" utilizado para se ampliar ou reduzir a imagem. Aplicativo iOS da TV INES, disponível em: <https://itunes.apple.com/us/app/tv-ines/id609048808?mt=8>. Acesso em 16 de maio de 2017, às 16h.

¹⁸ Android é um sistema operacional móvel (SO) com uma interface de usuário baseada na manipulação direta, o Android é projetado principalmente para dispositivos móveis com tela sensível ao toque como *smartphones* e *tablets*; com interface específica para TV (Android TV), carro (Android Auto) e relógio de pulso (Android Wear). Aplicativo em Android da TV INES, disponível em: <https://play.google.com/store/apps/details?id=br.gov.ines.tv>. Acesse em 16 maio de 2017, às 15h.

¹⁹ Para mais detalhes sobre o tema ver “Tactibilidade e Mobilidade: O Desafio da Acessibilidade nos Agregadores de Notícias” Sousa, Joana Belarmino de. (In), Transmutações no Jornalismo Coleção Jornalismo Digital e Mobilidades Editora da UEPB, Campina Grande-PB 2016 ©.

²⁰ A página principal do microblog, www.twitter.com traz uma série de atalhos de teclado que podem ser ativados ou desativados, para facilitar a interação do usuário com deficiência visual que faz uso de leitor de telas.

adequadas para a efetivação de análises competentes e elucidadoras. Cada pesquisa realizada pode revelar apenas um extrato dessa realidade que está sempre em mutação, criando modos novos de uso, aplicativos e processos interativos. Em dois anos, barreiras de acessibilidade podem ser suplantadas, ao lado de outras que são criadas pelo ciberespaço. Na seara dos agregadores de conteúdos noticiosos, por exemplo, que em geral adotam a distribuição de seus materiais como imagens, cria-se uma flagrante impossibilidade de acesso para pessoas com deficiência visual que fazem uso de leitores de tela. As comunidades surdas não somente agora começam a ter aplicativos capazes de realizar a interpretação dos conteúdos para a língua brasileira de sinais, e, os surdos oralizados nem sempre contam com legendas em conteúdos audiovisuais como clips, vídeos e outros.

O ciberespaço pode se configurar em um território que invisibiliza inúmeras comunidades, quando não implementa legendas textuais para conteúdos imagéticos, ou quando a maioria dos seus desenvolvedores desconhece as normas internacionais de acessibilidade na web.

Paradoxalmente, é na ciberesfera onde as pessoas com deficiência podem ser vistas, graças aos processos de hipertextualidade e de hasteghização envolvidos. Esse é, porém, um território ainda difuso, onde os pontos de encontro, de conexão e de comunicação são frutos do improviso, do acaso, da interação espontânea e do número de curtidas. Elos fortes ou fracos, isso depende muito do acaso, do protagonismo individual, da capacitação, em todos os polos da rede, para um uso competente das possibilidades tecnológicas que ora se apresentam para uma interação amigável entre a rede e os seus diferentes usuários.

Nossos estudos revelam que na dimensão técnica desse processo, ali onde estão designers informáticos, desenvolvedores de ambientes e aplicativos, as demandas por acessibilidade, assim como as soluções técnicas ainda são desconhecidas da maior parte desses agentes. No plano da dimensão simbólica, ali onde estão envolvidos os usuários, ainda não se pode falar de um movimento social constituído, senão de agrupamentos ocasionados por

situações locais, que podem reverberar e aglutinar agrupamentos temporários em favor de uma causa específica.

As pessoas com deficiência estão na ciberesfera, apresentam-se nas redes sociais, mas essa força difusa, desorganizada, ainda não foi competentemente monetizada como capital sócio técnico e simbólico, favorecendo assim, a constituição de um novo cibermovimento, coeso e organizado.

Quando avaliamos a trajetória desenvolvimentista dos movimentos sociais de pessoas com deficiência, vemos um fio condutor que une esses movimentos, qual seja, o traço da deficiência. Esse traço comum veio para as redes sociais, e, pode ser, ao lado do fascínio pela técnica e os seus usos, o mais importante elo de ligação entre esses milhões de indivíduos na ciberesfera. Tal como ocorre em toda a cibercultura, os movimentos de pessoas com deficiência começam a dar seus primeiros passos, ainda vagos e imprecisos, no sentido de organizarem suas demandas. O futuro dessa realidade dependerá de pesquisas que possam flagrar as forças e as fragilidades desse processo.

REFERÊNCIAS

- COMM, Joel. *O poder do Twitter: estratégias para dominar seu mercado e atingir seus objetivos com um tweet por vez*. Tradução: Leonardo Abramowicz. São Paulo: Editora Gente, 2009.
- FERREIRA, Jairo; VISER, Eduardo (orgs). *Mídia e Movimentos Sociais, Linguagens e Coletivos em Ação*. São Paulo: Editora Paulus, 2007.
- JUNQUEIRA, Luciano Antonio Prates; CORÁ, Maria Amélia Jundurian (orgs). *Redes Sociais e Intersectorialidade*. São Paulo: Tiki books, 2016.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela Mão de Alice, O social e o Político na Pós-modernidade*. Coimbra, Portugal: Edições Almedina, 2013, livro em formato ebook.
- SIQUEIRA, Jonara Medeiros. *Meios e Linguagens Acessíveis: Um estudo sobre produção jornalística na TV INES*, Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Jornalismo. Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Paraíba, 2014.
- SOUSA, Joana Belarmino de. Tactibilidade e Mobilidade: O Desafio da Acessibilidade nos Agregadores de Notícia. In: SILVA, Fernando Firmino da (org). *Transmutações no Jornalismo*. Campina Grande: Editora da Universidade Estadual da Paraíba, 2016.
- _____. Jornalismo e Acessibilidade: Apontamentos sobre Contratos de Leitura para Efeitos de Reconhecimento de Leitores Especiais de Jornais Online. In: *Anais do V Simpósio Internacional de Ciberjornalismo*, disponível em <http://www.ciberjor.ufms.br/ciberjor5/files/2014/07/joanabelarmino.pdf>. Acesso em: 30 maio 2017.
- _____. Ciberativismo e Cidadania: Apontamentos sobre o uso das Redes Sociais pelas Pessoas com Deficiência e os seus coletivos. Trabalho apresentado no *Mídia Cidadã 2013*, Curitiba, agosto de 2013, arquivo pessoal da pesquisadora.
- _____. Agendamento e Contra-Agendamento no Jornalismo: A Rede Social Twitter e o Ciberjornalismo das Pessoas com Deficiência. In: NETO, Antonio Fausto; FERNANDES, José David Campos (orgs). *Interfaces Jornalísticas, ambientes, tecnologias e linguagens*. Paraíba: Editora da UFPB, 2012.
- VILCHES, Lorenzo. *A migração digital*. São Paulo: Loyola, 2003.